

Garantia de dignidade aos povos indígenas exige fortalecer Funai e políticas públicas



A crise humanitária que afeta a população Yanomami e vem gerando reações por todo o mundo é reflexo da necropolítica priorizada nos últimos quatro anos pelo governo Bolsonaro. Seus reflexos perversos estão diretamente ligados ao desmonte da Funai e ausência completa do Estado em políticas públicas para os povos indígenas. Não é de hoje que servidores da Funai denunciam as dificuldades e falta completa de condições de trabalho para dar conta dos desafios, especialmente em territórios muitas vezes dominados por práticas criminosas, do garimpo ao contrabando de madeira, pesca ilegal, entre outros obstáculos.

Os servidores da Funai lutam

pela retomada de políticas públicas que de fato atendam aos interesses dos povos indígenas. O desvirtuamento da função e missão do órgão é denunciado e piorou com a influência cada vez maior de ruralistas e militares, relatam servidores. A expectativa é de que o novo governo eleito democraticamente e que dá sinais de um novo olhar para a situação dos povos indígenas, inclusive com a criação do Ministério dos Povos Indígenas (MPI), ouça e atenda demandas urgentes já apontadas por servidores de carreira e comprometidos com políticas indigenistas.

Faz parte dessas reivindicações a busca por melhores condições de trabalho e garantia de mai-

or segurança, especialmente em áreas de conflitos como o Vale do Javeri, local onde Bruno Pereira e Dom Phillips foram assassinados. Ainda no ano passado, Condsef/Fenadsef, Ansef e Ina tornaram públicas denúncias da situação de assédio moral institucionalizado e luta para que houvesse maior segurança em torno do trabalho de proteção dos direitos indígenas.

"Nossa luta mobilizou a opinião pública nacional e internacional, colocou sob holofote as calamidades enfrentadas pelos Povos Indígenas que batalham incansavelmente pela proteção de seus territórios contra invasores de todo tipo, e reuniu apoio massivo de diversos segmentos políticos e sociais à demanda de fortalecimento de uma política indigenista de Estado comprometida com a previsão constitucional de proteção dos direitos dos Povos Indígenas no Brasil", destacava um dos trechos da carta.

Os servidores seguem reforçando a importância de seguir exigindo que a Funai retome o cumprimento de sua missão indigenista. A luta por justiça para Bruno, Dom e Maxciel também segue para que as investigações alcancem a ampla cadeia de crime organizado que opera na região, de forma a punir todos os envolvidos, agenciadores, financiadores e mandantes. Por fim, Condsef/Fenadsef, Ansef e Ina seguem buscando o fortalecimento da política indigenista e condições de trabalho para executá-la. Só exigindo que o Estado cumpra seu papel será possível garantir direitos e dignidade aos povos indígenas.

Lula assina decreto que proíbe garimpo ilegal em Território Yanomami



O presidente Lula (PT) assinou, nesta segunda-feira (30), um decreto para combater o garimpo ilegal em Território Yanomami, em Roraima. O decreto determina a interrupção do tráfego aéreo e fluvial na região. A Aeronáutica vai controlar o espaço aéreo sobre o território indígena.

Além disso, em caso de atividade ilícita, aviões e equipamentos de apoio poderão ser interditados por agentes da Polícia Federal (PF), do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama) e de demais órgãos do governo.

O decreto também dá poder de atuação aos ministérios da Defesa, Saúde, Desenvolvimento Social e Assistência Social, Família e Combate à Fome e dos Povos.

Lula tomou a decisão após se reunir com seis ministros do seu governo, a presidenta da Fundação Nacional Indígena (Funai), Joenia Wapi-

chana, e o brigadeiro Marcelo Damasceno, comandante da Aeronáutica.

Da equipe de governo estavam os ministros Sônia Guajajara (Povos Indígenas), Flávio Dino (Justiça), Silvío Almeida (Direitos Humanos), José Múcio (Defesa), Alexandre Padilha (Relações Institucionais) e Rui Costa (Casa Civil).

Em nota divulgada à imprensa, a Presidência da República explicou a decisão. "As iniciativas visam combater, o mais rápido possível, o garimpo ilegal e outras atividades criminosas na região impedindo o transporte aéreo e fluvial que abastece os grupos criminosos."

"As ações também visam impedir o acesso de pessoas não autorizadas pelo poder público à região buscando não apenas impedir atividades ilegais, mas também a disseminação de doenças", finalizou.

Saúde

Para prevenir e reduzir o risco

de transmissão de doenças, o decreto também prevê que o acesso de pessoas ao território ocorrerá a partir de ato conjunto editado pelos ministérios da Saúde e dos Povos Indígenas.

Além disso, Lula autorizou a abertura ou a reabertura de postos de apoio da Funai e de unidades básicas de saúde do Ministério da Saúde. Também autorizou ministérios a requisitarem bens, servidores e serviços necessários para:

- abastecimento de água potável;
- fornecimento de alimentos relacionados à cultura indígena;
- fornecimento de vestuário e calçados.

STF pede investigação de genocídio

Nesta segunda, Supremo Tribunal Federal (STF) determinou apuração de genocídio contra indígenas durante a gestão de Jair Bolsonaro (PL). O ministro Luís Barroso pede que autoridades do governo Bolsonaro sejam investigadas por omissão.

A ordem de Barroso também foi dada ao Ministério Público Militar, ao Ministério da Justiça e Segurança Pública e à Superintendência Regional da Polícia Federal de Roraima.

O ministro também determinou que os órgãos apurem supostos crimes de desobediência, de quebra de segredo de Justiça e de delitos ambientais relacionados à vida, à saúde e segurança dos povos yanomamis.

Com informações do UOL e BdF.

A Reforma Administrativa faz mal ao Brasil

CANCELA
A REFORMA
Já!